



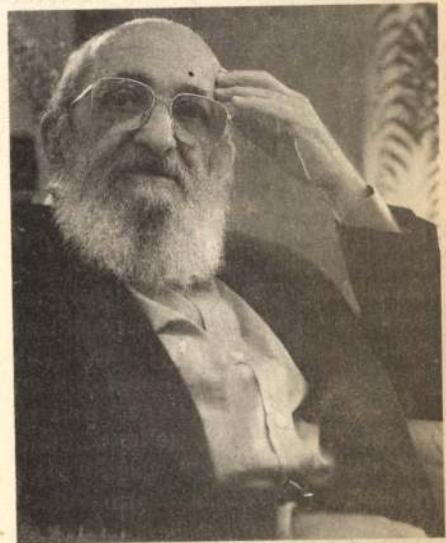
A Esquerda procura o seu jogo



Fernando Morais



Esther Pilar Grossi



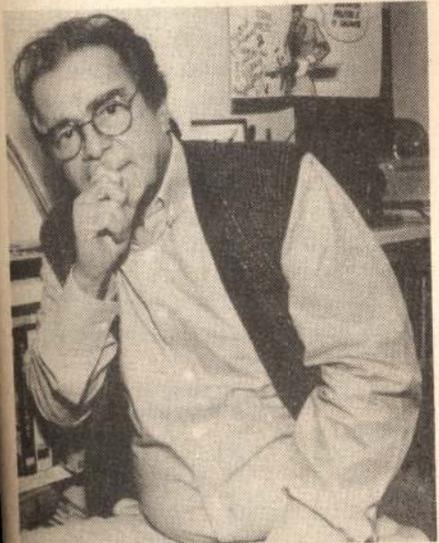
Paulo Freire

Os brasileiros começam a descobrir que uma boa parte dos esquerda local há muito tempo

havia derrubado o seu Muro de Berlim e que o obscurantismo cultural e ideológico que graçava no Leste Europeu nada tem a ver com as concepções de muitos intelectuais "vermelhos", alguns dos quais têm realizado, em funções públicas, um trabalho reconhecido até por organizações de ideário conservador, como as redes de tevê Manchete e Globo.

A esquerda procura o seu jogo e faz brilhar uma luz no fim do túnel, em projetos que visam mudar a cara do País. Leia reporta os seus sucessos, desafios e impasses.

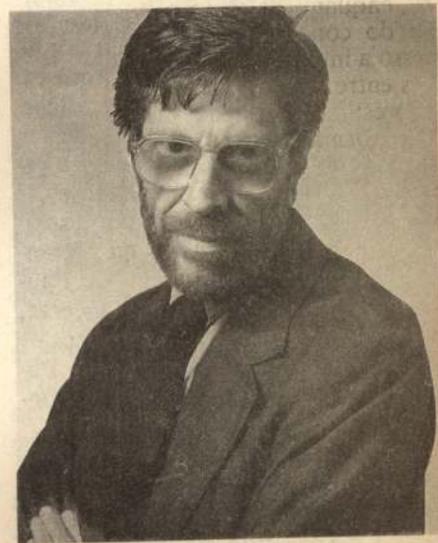
Texto: Paulo Montoia
Reportagem: Paulo Montoia (SP), Carmen Langaro (RS) e Paulo França (RJ). Fotos: Sandra Bordin (RS), Inez Guerreiro (SP)



Darcy Ribeiro



Marilena Chauí



Luiz Paulo de Pilla Vares



Nos últimos anos vários escritores de esquerda abandonaram por algum tempo suas escrivatinhas pessoais e alguns deles saíram da marginalização a que haviam sido condenados pela ditadura militar: “viraram” secretários de Estado e de município, nas áreas de educação e cultura. Aqueles que observam seu trabalho tomando distância, podem observar alguns resultados visíveis e louváveis em administrações de partidos políticos diferentes, e com desempenhos desiguais em outras áreas. É o caso, por exemplo, da atuação do antropólogo Darcy Ribeiro como secretário de Ciência e Cultura no governo do PDT no Estado do Rio de Janeiro (1982—86). Apesar de ter sido derrotado como candidato ao governo na eleição seguinte, Darcy foi o candidato a senador mais votado em 1990 e teve peso que não pode ser ignorado na reeleição de Leonel Brizola. Peso semelhante teve o jornalista e escritor Fernando de Moraes, secretário da Cultura paulista, em fazer migrar votos da oposição para a vitória do PMDB no segundo turno para governador, somando apoio de músicos, intelectuais, artistas plásticos...

Amadurecimento

É alentador ainda, em meio à crise que ronda o país, perceber que esses bons resultados representam amadurecimento. Primeiro pelo fato de serem calcados nas constituições estaduais e municipais recentes, a maioria das quais define cultura como um direito do cidadão. Segundo porque extrapolam os limites geográficos, criando experiências comuns dentro de cada partido político, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, e até interpartidos. Darcy, por exemplo, foi um dos criadores do Memorial da América Latina, em São Paulo, e articulou, em bola sem sucesso, um projeto de construção de Cieps — Centros Integrados de Educação Pública em Minas Gerais, ambos a convite de governos do PMDB.

Na área da Cultura, há visíveis alguns pontos comuns entre as secretarias visitadas por LEIA em Porto Alegre e São Paulo (Estado e município). O principal, sem dúvida é a preocupação em produzir ao invés de



Marilena Chauí, secretária da Cultura do município de São Paulo, tem 49 anos e é professora de História da Filosofia e Filosofia Política na USP. É autora de dez livros, entre os quais Cultura e democracia (ed. Moderna, 1981) e Conformismo e resistência (Brasiliense, 86).

oferecer cultura pronta à população. O que implica investimento em formação, ou seja, em cursos, oficinas culturais, conservação e dinamização do patrimônio documental e histórico. De outra ponta, tem significado uma postura nova nas relações com a iniciativa privada, a criação de novos mecanismos de trabalho e a geração permanente de novas idéias e polêmicas dentro de cada comunidade.

Na capital gaúcha, esse renascimento cultural é conduzido pelo jornalista Luiz Paulo de Pilla Vares, vice-presidente de seu partido no Estado, o PT.

“Deixamos de lado os delírios ideológicos e adotamos a orientação política de fazer da cultura um elemento de transformação da sociedade”, diz Pilla Vares, que virou de ponta-cabeça a estrutura beletista que encontrou na secretaria. Após a posse embalada ao som do hino da

Internacional Socialista, executada pela banda municipal em janeiro 1989 — o que causou escândalo — Pilla Vares orientou a atuação da secretaria no sentido de modernizar a linguagem, inserindo a cidade no contexto universal. Descentralizou Porto Alegre mercadológica e geograficamente, criando centros de produção e difusão de cultura nos bairros periféricos e eliminando a distância entre popular e erudito. Ambos foram levados às ruas, aos teatros, às salas públicas, debates e eventos de intervenção, museu de rua recuperando a história dos bairros.

Movida a debate

O Centro Municipal de Cultura onde gravita a produção da cidade fervilha da manhã à noite. Os lançamentos culturais deixaram de ser apenas nas festas e são regados também a debates e entrevistas. Linguagens no



Esther Pillar Grossi, secretária da Educação de Porto Alegre, tem 54 anos, é matemática e doutora em Psicologia Cognitiva. Publicou, em 1990, três Didáticas (Nível pré-silábico, Nível silábico e Nível alfabético) pela editora Paz e Terra.

vas, como Quadrinhos, Cinema e Vídeo receberam maior destaque e verbas. A cidade passou a conviver com a polêmica, suscitada ora pela monumental escultura de lixo, encomendada a Irineu Garcia, ora com o simples papel doado à coletânea de quadrinhos *Dundum*, acusada por vereadores conservadores de disseminar sexo e violência, num bate-boca que ganhou os jornais do país. “É o alarido hipócrita e conservador de uma sociedade que não se escandaliza com a fome, mas se escandaliza com o humor sem censura”, avalia Pilla Vares.

Dobradinha memorável

Em São Paulo, o fim da cultura-espetáculo e o investimento em formação, em todas as áreas simultaneamente, têm sido a mola propulsora das duas secretarias, numa “dobradinha” memorável, que interseccionou os dois últimos anos da gestão do go-

vernador Orestes Quércia com os dois primeiros da prefeita paulistana Luiza Erundina, respectivamente nas mãos de Moraes e da professora de filosofia Marilena Chauí.

“Fizemos pouquíssimos eventos, daria para contar nos dedos de uma mão”, resume Moraes que, em outras frentes, atacou a fórmula do espetáculo criando prêmios em dinheiro para vídeo, cinema, literatura e teatro que fazem salivar os artistas. “Quando eu assumi, o *Prêmio Pedro Nava* tinha sido ganho pelo Rubem Fonseca, mas não dava para pagar um vôo do Rio de Janeiro e uma noite de hotel para vir receber”. “Outro exemplo”, lembra, “era o *Prêmio Fiat*, que felizmente acabou, pois se gastava 25 vezes mais dinheiro com a mídia do que com o prêmio”.

Com um orçamento invejável de 90 milhões de dólares em 1989, obtido

graças a 1% da receita de todas as estatais para ser usado via Lei Sarney, Moraes criou doze oficinas culturais, fundou uma Universidade Livre de Música e incrementou tanto a programação do Memorial quanto da TV educativa do Estado.

Apesar de dispor do principal, recursos, o trabalho foi árduo. “Por ter apenas dez anos, esta secretaria ainda era muito atrasada em relação às demais”, explica Moraes, que pegou uma reforma administrativa em andamento e a aprofundou. Contratou, como assessores especiais diretos, produtores culturais reconhecidos por seu trabalho em todas as áreas significativas, sem discriminar preferências políticas, desde que fossem progressistas. Assim, tem colaboradores do PMDB, PT, PCB, PSDB, PSB e PDT. Depois, criou departamentos para cuidar de cada área, dos quais um apenas para criar e dirigir as oficinas. A Oficina Literária da capital, por exemplo, funciona na casa onde viveu Mário de Andrade, e promove dezenas de cursos permanentemente, que vão do aprendizado de texto de poesia a romances, estudo de escritores históricos, até oficinas de encadernação, ilustração e editoração. O trabalho de 1990 resultará em livros, escritos, selecionados, criticados, ilustrados e encadernados num trabalho conjunto de estudantes e escritores. A programação de toda a secretaria, do Memorial às oficinas, é trimestral e submetida diretamente ao secretário.

Uma fundação de formação

Segundo Moraes, a secretaria do Estado já atende 75 mil crianças e jovens nas oficinas e 10 mil alunos na Universidade de Música, reitorada por Tom Jobim. Para garantir continuidade, Moraes já criou duas fundações. Uma de Formação, para cuidar das oficinas, outra para o Arquivo Público do Estado, “que é o segundo mais importante do país e estava abandonado, com goteiras sobre documentos de quatrocentos anos”.

O trabalho, segundo o secretário, sustentou-se sobre um tripé: investir na produção e não na apresentação da cultura, dar igualdade de tratamento à capital e ao interior e, por fim, estimular a produção mas exigin-



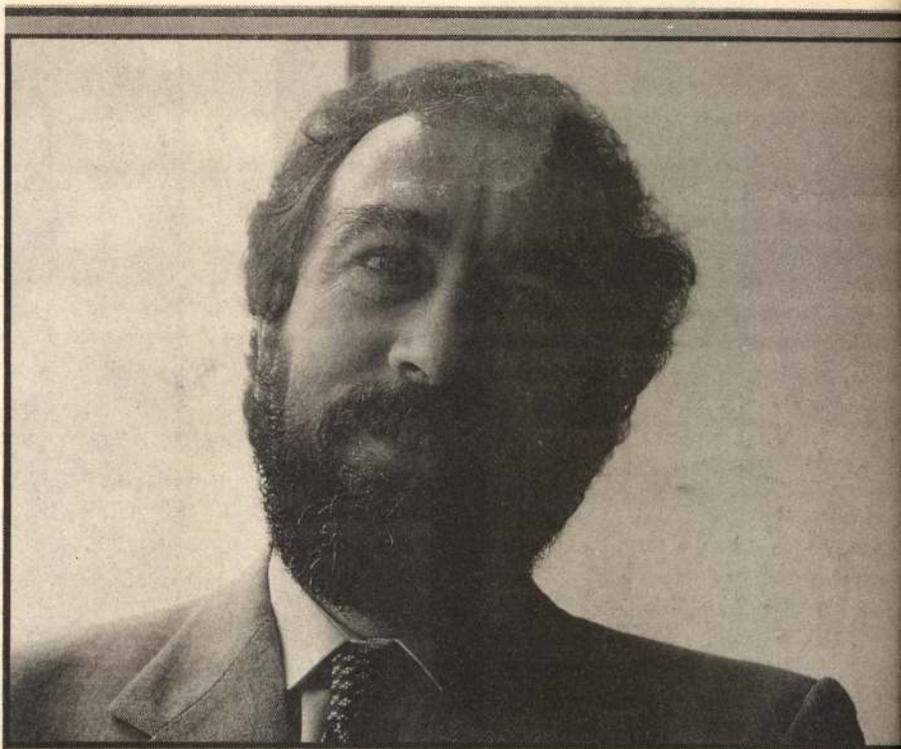
do contrapartida pedagógica. Em suas palavras: "Eu posso até patrocinar a sua peça, desde que nos ensaios você ensine direção, cenografia e iluminação para quem quer aprender".

É no item patrocínio, aliás, que a SCESSP tem feito o que há muito não se via: dinheiro para produções independentes. Uma posição intermediária, entre a do Estado mecenas, que patrocina tudo, e a neoliberal, muito em moda, do "quem for competente que se estabeleça e enfrente o mercado". "Esta última linha é a do governo federal", ataca Moraes, "que acha que cultura e geladeira são a mesma coisa. Isso talvez valha para os Estados Unidos, mas não aqui, onde há 70 milhões que não sabem se vão ter almoço amanhã".

Interesses do mercado

A secretária de cultura paulistana, Marilena Chauí, tem posição semelhante. "Eu considero que há uma incompatibilidade entre a lógica do mercado e a lógica da cultura, que têm tempos, ritmos e propósitos diferentes", avalia ela. "O mercado só se interessa pelo produto no instante em que está acabado. O financiamento do lentíssimo trabalho de criação raramente interessa ao mercado". Ela exemplifica com outra atividade custosa: "Estamos montando a Casa da Memória Paulistana, que é a recuperação do sistema municipal de arquivos que têm a memória da cidade desde o século XVI, de textos e fotos a esculturas e pinturas. Precisamos de laboratórios de restauração e centros de pesquisa. Você acha que algum banco teria interesse em subsidiar a memória da capital?". Para Chauí, além disso, os que se inspiram no mercado norte-americano para avaliar o nosso fazem uma comparação descabida. "O conceito norte-americano de cidadania está ligado à idéia de imposto, isso determina o modo como eles exercem o uso da isenção fiscal. Jefferson e Washington, no início, não pensavam em fazer uma revolução. Eles exigiam o direito de representação na Câmara, em Londres, porque pagavam impostos".

"Além disso", continua, "os EUA nascem com a Reforma Protestante, que afirmava o direito dos fiéis de lerem a Bíblia e realizou um profundo



Fernando Moraes, secretário da Cultura do Estado de São Paulo, tem 45 anos, é jornalista e escritor, autor de quatro livros, entre os quais *A ilha* — um repórter brasileiro no país de Fidel Castro (*Alfa-Ômega*, 1976) e *Olga* (*Alfa-Ômega*, 86). Foi deputado estadual (1978-86) e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado.

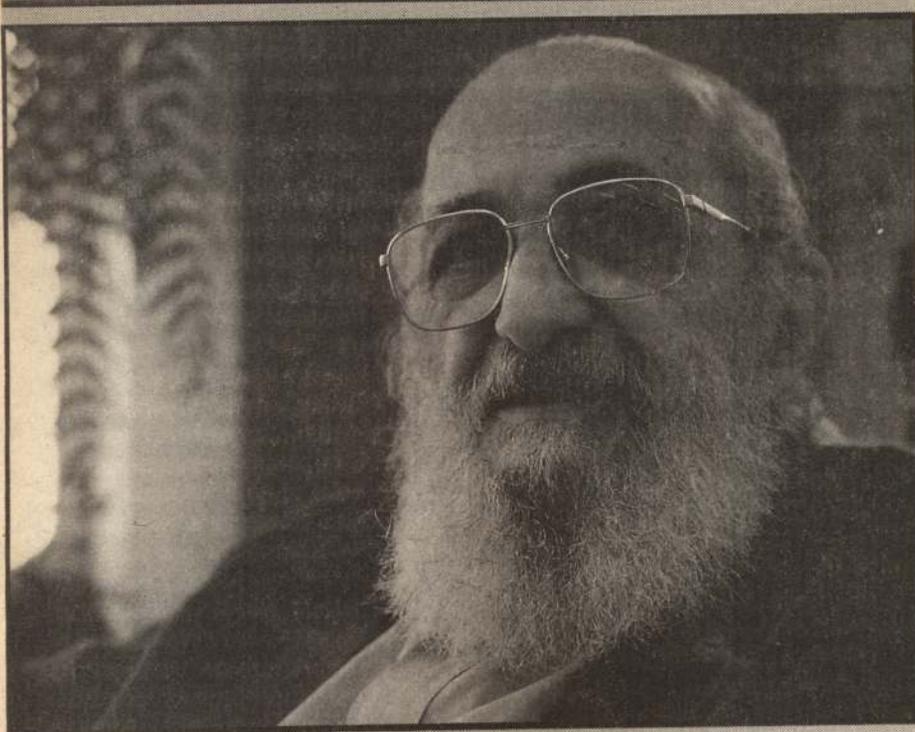
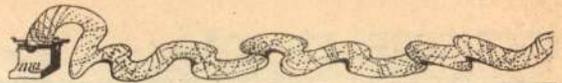
trabalho de alfabetização. Daí surge toda estrutura cultural norte-americana, com isenção fiscal a serviço da educação e da cultura. Visto de longe, após quatro séculos, surge essa ingenuidade jornalística a imaginar que isso é o poder do mercado", comenta Chauí.

Cultura do instantâneo

Quando assumiu a pasta, Chauí também encontrou uma estrutura voltada para a cultura que se mostra. "Encontrei uma herança distorcida de um projeto que veio com Mário Chamie, e passou por Gianfrancesco Guarnieri, chamado Projeto Periferia. Na gestão de Renato Ferrari, ele se transformou num negócio que se chamava Projeto Cultura na Cidade, PCC. Era assim: a Prefeitura mantinha um balcão, onde a população pedia shows. A secretaria então montava o palanque na periferia, instalava

o som, pagava o cachê e a cultura acontecia".

A ruptura radical com esse tipo de postura tem se dado, na gestão, através da democratização das instâncias e formas de participação, estabelecimento de prioridades dentro de cada área, redefinição de papéis de cada órgão existente, realização de eventos voltados à reflexão e investimento na recuperação dos equipamentos. Ao PCC, por exemplo, a secretaria contrapôs o projeto de Casas da Cultura que já tem duas instaladas. Nelas se realiza a primeira experiência de gestão: a secretaria oferece e mantém os espaços e equipamentos, mas a programação, uso e destinação é feita pelos moradores. "Normalmente, se considera que a participação popular se dá através de demanda ou do mutirão. Para nós ela se dá quando a população interfere ativamente no processo", explica Chauí.



Paulo Freire, secretário da Educação do município de São Paulo, tem 69 anos, é autor de oito livros e co-autor de outros oito. Destacam-se Educação como prática da liberdade (Paz e Terra, 81) e Pedagogia do Oprimido (Paz e Terra, 82), este traduzido para dezoito idiomas. Foi exilado em 64, quando era Coordenador do Plano Nacional de Alfabetização. Atualmente é jurado internacional para Alfabetização da Unesco, professor na PUC-SP e Unicamp e membro do conselho diretor da UNB.

Caldeirão de polêmicas

Como nunca foram vislumbradas antes, muitas das propostas causam polêmica, como aliás é saudável que ocorra. É o caso do projeto de criação do Conselho Municipal de Cultura, que pretende trazer representantes de todos os movimentos e entidades da área, inclusive advogados, arquitetos etc, para definir as linhas gerais da política cultural, controlar e fiscalizar o orçamento. Alguns discordam dessa proposta e acham que o CMC deveria subsidiar as entidades.

Também tem gerado controvérsias a destinação dada ao Teatro Municipal. A secretaria optou por privilegiar o trabalho dos corpos estáveis, orquestra, cantores e bailarinos, e não o aluguel da casa, oferecendo, ainda, programação regular grátis. "Querem que o Teatro dê lucro. Seria o

primeiro caso no mundo. O projeto para ele é deficitário, porque é um projeto de formação de público. Ele custa muito, como custam o Opera de Paris e o Metropolitan de Nova Iorque. Este, aliás, deve fechar o ano de 1990 com um déficit de 22 milhões de dólares, só no departamento de ópera", informa. O maior impacto, porém, coube à recuperação do setor de bibliotecas. Quando assumiu, a Secretaria não comprava livros há um ano, devia seis meses do ano precedente, 1987, e as compras, ainda por cima, eram de best-sellers como Sidney Sheldon e Harold Robbins. Chauí consulta especialistas pedindo indicações para usos específicos, livros imprescindíveis, do secundarista ao doutorando, cruzou os pedidos com o acervo já existente, triou e destinou uma verba de 5 milhões de dólares só para compra de livros de duas dezenas de países e do Brasil. Na rees-

truturação, as bibliotecas terão seu acervo adequado a estudantes de níveis distintos, com informatização já na pauta e bibliotecários treinados para serem mediadores de leitura. O Centro Cultural, por sua vez, busca tornar-se um ponto de referência em Artes Plásticas. Abriu espaço para jovens artistas de todo o país, convidando-os pelo correio, e recebeu quinhentos projetos de exposição para este ano.

Entre os eventos de destaque realizados, houve o Projeto Cidadão-Cidadania, à época do bicentenário da Revolução Francesa, com painéis, debates e exposições que se estenderam por um mês, a montagem da ópera Turandot, apontada pela TV Globo São Paulo como o evento do ano, e o projeto Rede Imaginária, que no ano passado reuniu quarenta profissionais e um público de 10 mil pessoas para debater, durante dez dias, o uso que se dá à tevê no Brasil. O resultado sairá em livro pela ed. Cia. das Letras.

Vendaval na educação

É na área da Educação, porém, que um verdadeiro vendaval tem acontecido, tendo pelo menos dois pontos em comum: ensinar de verdade e aumentar o salário do professor. Os métodos, porém, são diferentes.

Darcy Ribeiro concretizou, no Estado do Rio, nada menos que 280 brizolões, como são conhecidos os Cieps. É verdade que ambicionou quinhentos, mas um novo governo começa neste março. Foram 280 mil novas vagas em quatro anos, todas para período integral, com alimentação e recreação. Darcy também construiu o Sambódromo, que gerou polêmicas na época mas agora é elogiado, e funciona ao longo do ano como a maior escola pública do mundo, com duzentas salas de aula. Na entrevista a LEIA, Darcy deixou em aberto se vai ao Senado ou reassume no governo carioca. Mas revelou planos. O principal é a construção de Casas Comunitárias, para abrigar mães sem teto, e cem escolas-oficinas para adolescentes, com cursos profissionais diversos. "Atualmente, a maioria começa como office-boy, cuja especialidade é ter paciência para suportar filas bancárias", lamenta.



Darcy sai na defesa, antes mesmo do ataque: "Sei que as mulas-sem-cabeça das universidades voltarão à carga, mas esses são os mesmos que nunca apresentaram nada melhor. Além de inúteis, eles são fúteis".

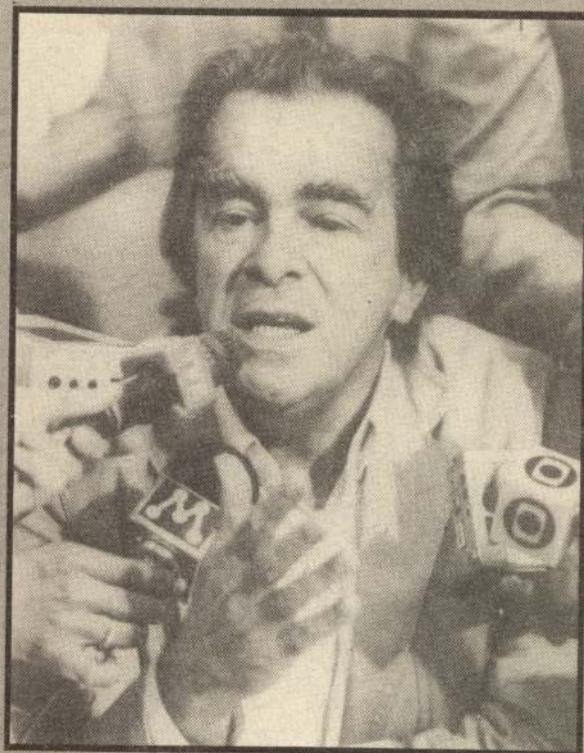
Sobre as críticas que recebeu no início, ele reage com acidez: "Esses idiotas alegavam que gastávamos fortunas em alimentação e as crianças pobres não conseguiam aprender. Pois bem, fomos ver e descobrimos que 25% delas eram míopes. Passamos a dar-lhes óculos e saiu tão barato que até o mediocre do Moreira Franco continuou as doações".

Outro projeto de Darcy, para o novo governo, é o de instalar em cada Ciep um Centro de Reciclagem dos Professores. Os professores que tiverem duas matrículas, lecionarão quatro horas e terão treinamento em outras quatro. Quem tiver apenas um período letivo, será pago para fazer o treinamento. É claro que haverá avaliações e aí é que surgirão as polêmicas.

O Método gaúcho

A novidade maior, no fim de década, veio de Porto Alegre, onde a secretária Esther Pillar Grossi conseguiu celebrados resultados usando um método novo na alfabetização, que une o método de Paulo Freire com o da psicóloga argentina Emilia Errero. O método possui uma profunda reconceitualização pedagógica que privilegia o universo em que a criança vive. É a partir de suas experiências que a criança elabora sua escrita e sua compreensão do mundo. No final do ano, 65% dos professores dessa faixa já haviam aderido ao método — que não foi imposto — e mais de 80% dos alunos já deixavam a primeira série alfabetizados, segundo a secretária. "Ao não romper com a barreira da alfabetização, as crianças mais pobres sofrem a primeira ditadura, a da ignorância", diz Grossi. "Abandonamos as cartilhas e agora elas se divertem escrevendo".

A secretaria porto-alegrense instalou ainda oficinas alternativas nas 34 escolas da capital, nas quais os pequenos se envolvem com artes plásticas, cinema, teatro, música e a história da cidade. Para exemplificar: em dezembro, um grupo de alunos da Vila Cru-



Darcy Ribeiro, 68 anos, antropólogo, recém-eleito senador pelo Rio de Janeiro, foi vice-governador e secretário da Ciência e Cultura do mesmo Estado (1982—86) e ministro da Educação e Cultura no governo João Goulart. Fundador e reitor da UNB, foi preso e exilado. Tem dezenove livros publicados, entre os quais *O processo civilizatório* (Vozes, 79), *Universidade para que?* (UNB, 86) e o autobiográfico *Testemunho* (Siciliano, 91).

zeiro, a maior entre as carentes da capital, encenou a suíte *Quebra-Nozes*, de Tchaikovsky, no Teatro da Ospa; e no próximo semestre, um grupo de vinte crianças, das que estudam francês como disciplina extra-curricular na rede pública, visitará a Bélgica a convite de uma instituição de lá.

Grossi, que é matemática e doutora em Psicologia, recebeu dois prêmios por esse trabalho: o Manchete em Educação de 1990 e a adoção, pela Unesco, do seu método no Nordeste. Esse método está registrado numa trilogia já publicada (veja perfil da autora).

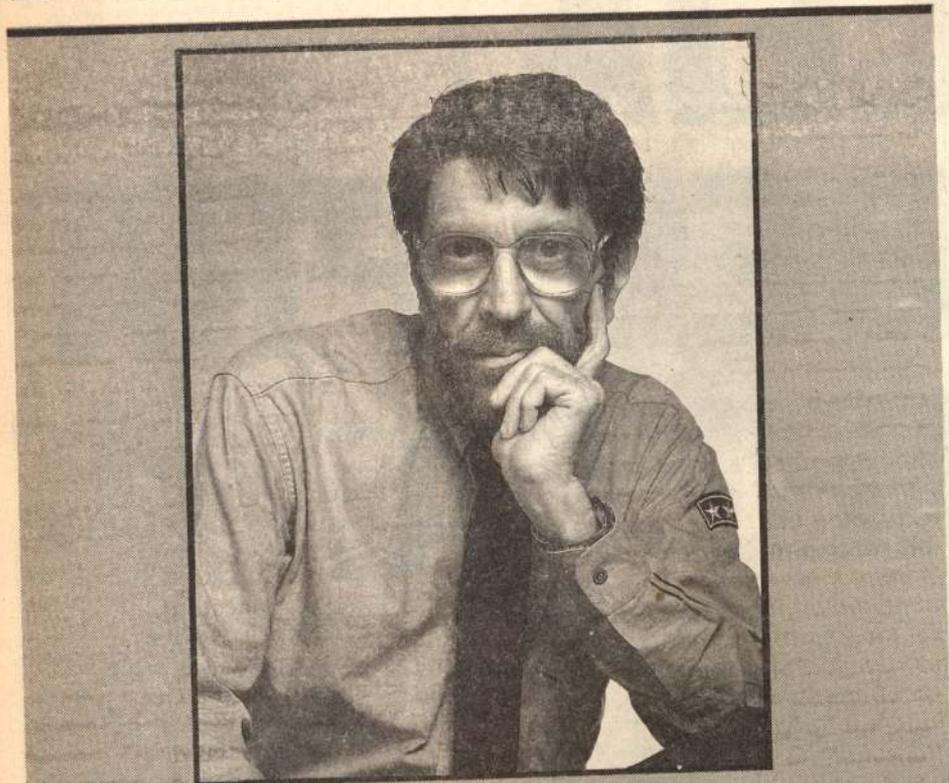
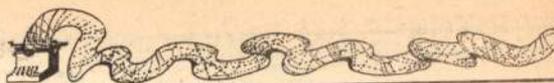
Este ano, Grossi pretende extinguir o conceito de pré-escola para crianças a partir dos quatro meses de idade: os recreacionistas serão substituídos por educadores.

Democratização à paulista

Em São Paulo, o trabalho que a se-

cretaria municipal da Educação vem desenvolvendo tem quatro molas mestras: democratização do acesso e da gestão das escolas, melhoria da qualidade do ensino e intensificação da alfabetização de jovens e adultos. Em 1990, a prefeitura atendeu 683 mil alunos nas 662 escolas que possui, um terço do total da rede pública da capital. No primeiro ano, aumentou a oferta de vagas em 5% e, no ano passado, em 6,4%. As vagas para deficientes auditivos, porém, subiram 57,37%.

A proposta de maior fermentação, desde o início, tem sido a de democratização da gestão, através de instâncias como o Conselho da Escola, onde pais, alunos e professores discutem a estrutura de trabalho e a qualidade de ensino. Em 1990, os conselhos já reuniram 9.206 pessoas. "Se se considerada a formação autoritária da nossa



Luiz Paulo de Pilla Vares, secretário da Cultura de Porto Alegre, é jornalista, 50 anos, vice-presidente do Partido dos Trabalhadores no RS. Criou e editou, por nove anos, o Suplemento Cultura do jornal Zero Hora. Tem quatro livros publicados, entre os quais Socialismo e liberdade (ed. Mercado Aberto, 1985), Glasnost, a primavera vermelha (Tchê, 87) e O anarquismo — promessas de liberdade (ed. URGs, 88).

sociedade, não é de estranhar que os conselhos tenham provocado e continuam provocando discussões polêmicas”, anota Freire. “A própria história desses conselhos denota autoritarismo. Criados no final da gestão Mário Covas, eles foram engavetados na gestão autoritária do sr. Jânio Quadros”.

Virando a mesa

A criação dos conselhos, por sua vez, se deu numa reforma quase total das estruturas da secretaria. As delegacias regionais de ensino foram transformadas em Núcleos de Ação Educativa, que têm seu próprio colegiado de decisões; este participa do Colegiado Intermediário que, por fim, participa do Colegiado Central, junto com o secretário. Desta forma, todas as instâncias se interseccionam, procurando fazer fluir o debate e o acerto de decisões.

Em 1990, como resultado da mudança, 67% das escolas de primeiro grau e 21% das infantis estavam desenvolvendo algum projeto próprio. São projetos muito diferentes entre si, já que nascem das necessidades de cada escola. Dos totais, 39% dos programas em primeiro grau e 78% em infantis são de formação permanente. Grupos de sensibilização das mães, oficinas de brinquedos, oficinas de material pedagógico, equipes de teatro, corais, bandas, dança e jornais são algumas das atividades de cada escola em andamento com apoio da secretaria.

Outra peça-chave na base de trabalho proposta por Paulo Freire (ação-reflexão-ação) são os grupos de formação, nos quais os profissionais discutem sua própria prática, buscando resgatar os objetivos do trabalho e resgatar-se nele. Esses grupos são a base, também, de um Movimento de

Reorientação Curricular, que funciona junto com as demais instâncias, mais assessorias da USP, Unicamp e PUC São Paulo.

A par de tudo isso, sobrevive ainda a necessidade de recuperação dos prédios. Ao assumir a pasta, Freire descobriu que 394 das 654 escolas necessitavam de reformas. Até o ano passado, apenas 86 tinham sido feitas.

Por que a esquerda brilha?

Foi a partir de experiências como essas — que, sabe-se não são restritas a São Paulo, Porto Alegre e Rio — que LEIA questionou: por que o desempenho da esquerda é tão reconhecidamente mais eficiente em Educação e Cultura?

Para Chauí, há várias razões principais. A primeira delas é histórica: “Os intelectuais de esquerda que foram para as administrações públicas tinham atrás de si um acúmulo de experiências de seus grupos, universidades, escolas, jornais ou meio artístico”. Chauí destaca, também, que em muitos casos, como no dela própria, de Darcy e Paulo Freire, trata-se de intelectuais que nunca tiveram “qualquer vínculo com o chamado Socialismo Real, pelo contrário, produzimos trabalhos contra o totalitarismo burocrático. De tal modo que a crise do Leste europeu, para nós, não veio questionar nossas práticas”. E, por fim, uma profissão de fé: “Eu estou convencida de que, nessas áreas, só a esquerda dá certo. Pois só aqueles que não estão acorrentados à conservação do presente podem criar”.

Fernando de Moraes não concorda que essa esquerda tenha dado “mais certo”. “Acho que ela dá mais certo em qualquer área. Veja o Paul Singer e o Amir Khair (secretários de planejamento e finanças da capital paulista), ou Luiz Gonzaga Belluzzo e o Frederico Mazzuchelli (secretários de Ciência e Tecnologia e de Planejamento do governo paulista). Talvez apareça mais porque a reflexão na área de ciências humanas sempre atraiu mais a esquerda. E depois, o fato de sermos secretários eu e a Marilena não é coincidência. Você vê quem o governo Collor está indo procurar: o Affonso Romano de Sant’Anna e o Márcio de Souza”.